

Pluriatividade e pesca artesanal: O caso da Colônia Z-10 em São Francisco do Guaporé (Rondônia - Brasil)

Maria Bárbara Silva Corandin; Douglas Guedes Gotardi; Josenildo de Souza e Silva; Jussara Gonçalves Souza e Silva; Eliane da Silva Leite

RESUMO

O artigo apresenta caso de pluriatividade na Colônia de pescadores artesanais Z-10 de São Francisco do Guaporé (Rondônia – Brasil), tendo como objetivo identificar a proporção de pescadores que exercem outra atividade e as principais atividades complementares para a sobrevivência dessas famílias. A atividade pesqueira do município é marcada por uma pluriatividade que se justifica pelos grandes custos que os pescadores têm para realizar suas pescarias, a baixa lucratividade, a época de defeso e as sazonalidades, o que relaciona a pesca com outras atividades na sustentação dessas famílias. Destaca-se nesse trabalho o Projeto Pirarucu-Gente (CNPq/Unir/MPA/Fetagro) e o Programa Peixe-Vivo (MPA/Unir/Fepearo) responsáveis pela execução da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca artesanal; pluriatividade, Vale do Guaporé.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de toda a costa e nas águas continentais do Brasil é possível encontrar pessoas, ou famílias, que têm na pesca artesanal o exercício de uma atividade na qual se mesclam as condições objetivas de sua reprodução, como o acesso à alimentação, educação, cultura, saberes e renda, com condições subjetivas, como o conhecimento tradicional sobre o meio natural e o trabalho fortemente condicionado por dinâmicas ambientais. (Pasquotto & Miguel, 2004).

Estima-se que somente a pesca artesanal praticada ao longo da zona costeira brasileira envolva cerca de 2 milhões de pessoas (Seap, 2004 apud CEPNOR 2006). Já os dados do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (2012) até 31/12/2010 estavam registrados e ativos 853.231 pescadores profissionais, distribuídos nas 27 Unidades da Federação.

Ainda que expostos atualmente a uma série de fatores, os quais incluem especulação imobiliária, poluição e degradação dos recursos naturais, competição por espaço com atividades insustentáveis como pastagens, hidrelétricas, monoculturas, indústrias, turismo e outros. Os pescadores artesanais persistem como um grupo social que busca assegurar sua reprodução através do trabalho direto sobre um espaço que poderíamos definir como de interface entre a sociedade e a natureza.

Segundo Doria et al., (2012) a atividade pesqueira na Região Amazônica é plural e única, incorpora diversidade biológica, cultural e social, com aportes de saberes geracionais, oriundos da relação amorosa homem-natureza. Contribui com a segurança alimentar, avançando para soberania e suficiência, em algumas comunidades, nas quais é o esteio da subsistência, da fixação do homem ao meio, das relações socioambientais e da economia do povo da floresta.

O Estado de Rondônia, tem aproximadamente 1.562.409 habitantes, localiza-se na Amazônia Ocidental, fazendo fronteira com a Bolívia (cerca de 1300 Km) e com os estados do Mato Grosso, Amazonas e Acre (IBGE, 2010).

A pesca profissional no estado é exercida de forma totalmente artesanal, sendo uma importante fonte protéica para as comunidades ribeirinhas localizadas ao longo da rede hidrográfica, como também para várias outras cidades. A atividade é de extrema importância para a economia do estado, uma vez que congrega 7290 pescadores registrados e é responsável pela sobrevivência de cerca de 40.000

pessoas, entre famílias de pescadores, carregadores, comerciantes, ribeirinhos, carpinteiros e de outras atividades ligadas ao setor (MPA, 2012).

Segundo o Relatório do Censo Estrutural da Pesca de Águas Continentais na região Norte (CEPNOR, 2006) o Estado de Rondônia possui 7 sub-bacias hidrográficas, sendo que a maior parte da pesca artesanal está concentrada nas 4 principais: Madeira, Guaporé, Mamoré e do Rio Machado. Tendo como característica marcante um forte setor extrativista (madeira, cassiterita, borracha e pesca), no entanto, o MPA vem incentivando a implantação e recuperação de unidades frigoríficas em alguns municípios por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

A produção pesqueira artesanal não vem apresentando um crescimento expressivo nos últimos anos, como consequência de uma série de fatores, tanto ambientais como socioeconômicos (CEPNOR, 2006).

Nota-se que no estado de Rondônia os pescadores vêm atravessando problemas de sobrevivência em decorrência dos projetos desenvolvimentistas que inviabilizam a vida do pescador artesanal, tais como: construção de hidrelétricas, avanço das atividades agropecuárias (uso de agrotóxicos), turismo inconsciente, pesca predatória e legislação arbitrária (Doria et al., 2012; Santos e Santos, 2005). Que por sua vez distancia o pescador da atividade, que não obstante muitas vezes se vê obrigado a buscar outros meios de sobrevivência paralelos a atividade pesqueira (e.g. carpinteiro, pedreiro, diarista).

Por essa razão o presente trabalho busca identificar a proporção de pescadores que exercem outra atividade e as principais atividades complementares para a sobrevivência dessas famílias, dentre esse universo consideramos a Colônia Z-10, em São Francisco do Guaporé-RO.

Dentre as colônias do Guaporé a Colônia Z-10 possui uma dificuldade maior de comercialização do pescado e há ausência de um porto. A fim de compreendermos como esse aspecto tem influenciado na busca de outras atividades ou persistência dos pescadores artesanais na atividade pesqueira adotou-se a Colônia Z-10 como objeto de estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. DEFINIÇÃO DE PLURIATIVIDADE

Não existe uma definição concreta sobre pluriatividade, pois ela é um feito muito amplo e que existe em ambientes diversos.

Segundo os conceitos de Fuller (Fuller, 1990 *apud* Cotrim & Miguel, 2008), a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos, como os rendimentos, rendas em espécies e transferências.

Pluriatividade se refere à prática da atividade agrícola ou da pesca há outras atividades econômicas, que são exercidas de base familiar. Podem estar ligadas dentro da própria economia primária (para-agrícola), beneficiando e transformando esse produto e agregando valor a ele, ou pode não estar relacionada também (não agrícolas). É uma questão que envolve os agricultores ou pescadores ao seu ambiente social e econômico em que estiverem inseridos.

Schneider (2006) diz que:

“Embora a combinação de atividades produtivas seja uma característica histórica e recorrente no meio rural, sobretudo entre camponeses, pode-se dizer que a pluriatividade distingue-se destas formas de trabalho complementares por ter deixado de ser um recurso ocasional e temporário, tornando-se uma

estratégia planejada e permanente de inserção dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho” (Schneider, 2006).

Sua razão se difere não somente da pobreza, mas por outros fatores como a adaptação, reação e estilo de vida. Isso tem ocasionado para essas pessoas, geração de emprego, acesso à renda e sua estabilização, oferta e oportunidades para jovens, entre outros.

“A pluriatividade é heterogênea e diversificada e estão ligadas, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida. Por outro lado, a pluriatividade pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Além disso, as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro (chefe, cônjuge ou filhos) que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e a unidade produtiva, de acordo prática”. (Schneider, 2006).

2.2. O QUE ESTIMULA

Segundo Schneider (2006) á fatores que podem estimular a pluriatividade, são eles:

- 1º - *Própria modernização técnico-produtiva da agricultura*, que é a redução de mão de obra no meio rural.
- 2º - *Terceirização e crescimento da prestação de serviços no meio rural*.
- 3º - *Queda crescente e continuada das rendas agrícolas*, a dependência tecnológica para produzir tem feito com que se aumentam os custos de produção agrícola.
- 4º - *Mudanças nos mercados de trabalho*, atribuída á dinâmica de mercado de trabalho não agrícola de algumas regiões.
- 5º - *Políticas de desenvolvimento rural*, que estimulam atividades não agrícolas no meio rural tais como o turismo, as pequenas e médias indústrias, a preservação ambiental, entre outras. Tem como objetivo incentivar permanência das pessoas no meio rural, o aumento da renda sem aumentar produção, incentivar a preservação ambiental o gera maior economia e menor impacto ambiental e social.
- 6º - *Características intrínsecas da agricultura familiar*, uma questão de organização do trabalho familiar.

Fator que fortemente estimula a pluriatividade são as atividades primárias no campo, o que tem exigido não somente força de trabalho humano, tecnológico, ou de capital, mas também fatores climatológicos, o que pode prejudicar muito na produção acarretando prejuízos, o que faz com que as atividades não agrícolas sejam uma alternativa para o sustento familiar. (Pires & Spricigo).

2.3. QUAIS OS TIPOS

Para Schneider (2006), a pluriatividade dentro das atividades agrícolas se divide em quatro classificações:

- Pluriatividade tradicional ou camponesa: são grupos sociais relativamente autônomos, com a produção fundamentalmente para o auto consumo. Ocorre dentro da propriedade combinando as atividades como produção, transformação e artesanato.
- Pluriatividade Intersetorial: decorre do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia, principalmente a indústria e o comércio. Provêm de dois processos a descentralização industrial e rurbanização.
- Pluriatividade de base agrária: é sujeita do próprio processo de modernização da agricultura que fez com que se cresce a demanda de serviços e atividades não agrícolas. Esse processo seria a combinação de atividades agrícolas de não agrícolas.

Manifesta-se de três formas:

- Através dos indivíduos que residem no meio rural e trabalham na atividade agrícola, mas dedica uma boa parte de sua jornada de trabalho a prestação de serviço.
- Contratação de pessoas que no meio rural para atuar em atividades como o processamento, beneficiamento, transporte, comercialização, entre outras da produção agrícola.
- Informalidade e da precariedade da venda da força de trabalho no meio rural, decorrente da sazonalidade dos processos de produção na agricultura. É comum os agricultores recorrerem a uma forma de remuneração temporária.
- Pluriatividade para-agrícola: resulta das atividades que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento ou processamento de produção agrícola *in natura* ou derivados, destinados à produção. Tende de várias regiões onde predomina a agricultura familiar e onde os mercados de trabalho em atividades não agrícolas são quase inexistentes.
- Pluriatividade de trabalho informal: Para Silva & Silva (2007) varia de acordo com as economias locais, são atividades não agrícolas esporádicas que não tem jornada de trabalho pré-estabelecida, como artesanato, comércio informal, empregadas domésticas e ao serviço de ambulante.

2.4. PLURIATIVIDADE NO BRASIL

O desenvolvimento rural brasileiro foi limitado a partir da modernização da agricultura, gerando benefício somente para uma parte da população camponesa, isso ocorre por motivo de não considerar as especificidades das regiões rurais onde se processou, excluindo tipos de produtos e regiões do país, a mesma crítica se aplica as políticas públicas atualmente aplicadas ao meio rural. (Souza & Souza, 2008). A pluriatividade no Brasil é uma estratégia de resistência por parte dos pequenos produtores do país.

Segundo (Silva & Silva, 2008 *apud* Silva, 2001, p.52) no Brasil sugere cinco grupos de políticas consideradas por ele fundamentais para o desenvolvimento das áreas rurais:

- a) políticas de desprivatização do espaço rural, tais como, a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do país;
- b) políticas de urbanização do meio rural visando à criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;

- c) políticas de geração de renda e ocupações agrícolas e não-agrícolas, que visam estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo;
- d) políticas sociais compensatórias ativas, tais como, aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças dentre outros;
- e) um reordenamento político-institucional, que reconheça as novas formas de regulação que vêm surgindo para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país.

2.5. PLURIATIVIDADE NA PESCA

A família dos pescadores artesanais assim como os camponeses e agricultores familiares, ocupa um papel central na pesca, mas a diferença é que não possuem a propriedade da terra, porém os pescadores são donos de seus meios de produção, pois possuem os equipamentos necessários para a pesca. A força de trabalho é dada pela família assim como a lógica camponesa, sendo unidades de produção e consumo. (Cotrim & Miguel, 2008).

Nierdele (et al., 2005) trata a pluriatividade na pesca artesanal como uma alternativa de sobrevivência, favorecendo a obtenção de receitas para a preservação social e produtiva para os pescadores.

Muitas famílias, principalmente as mais fragilizadas do ponto de vista das condições materiais, vem sendo ameaçadas de sobreviver pela pesca, isso abre várias estratégias de reprodução social, tem produzidos esses novos costumes para sobreviver em seu meio, outro elemento novo que aponta nos últimos anos é o defeso, pois possibilita não apenas uma remuneração durante um período de quatro meses, mas também o direito de aposentadoria decorrente do exercício da atividade, assim como outros fatores como o turismo tem contribuído para o exercício dessas novas atividades. (NIERDELE et al., 2005).

3. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO/ COMUNIDADES/ INSTITUIÇÕES

São Francisco do Guaporé é um município brasileiro do estado de Rondônia, localiza-se a uma latitude 12°03'08" sul e a uma longitude 63°34'03" oeste (Fig. 1), estando a uma altitude de 185 metros, situa-se ao longo da BR-429, que liga BR-364 a Costa Marques, fronteira com a Bolívia. Sua população estimada pelo IBGE em 2010 era de 16035 habitantes.

É uma região que tem como principal fonte de renda a exploração de madeira. É uma das cidades mais prósperas da região do Vale do Guaporé, onde muitas empresas se instalam. Tem um povo hospitaleiro e uma riqueza natural impressionante.

A colônia dos pescadores entrevistada foi à colônia Z-10, fundada em 08 de agosto de 2007 atuando em ações sociais, ambientais capacitação e no apoio a comercialização dos pescados e na promoção de novas técnicas de pesca, além de captar financiamentos para seus associados. A entidade está sediada na Avenida Guaporé, S/N quadra 02, lote 15, Rodovia BR 429, Bairro Cidade Alta, em São Francisco do Guaporé.



Figura 1. Mapa do município de São Francisco do Guaporé no estado de Rondônia. Fonte: a-Rondônia.net

4. METODOLOGIA

A metodologia segue a abordagem quali-quantitativa, da pesquisa ação participativa, utilizando o pluralismo metodológico. Os instrumentos são análise de dados secundários, definição de objetivos e problemas de pesquisa, pleiteamos hipóteses, entrevistas semiestruturadas (70% dos entrevistados) e questionários (Colônias, Fepearo, associações quilombolas e instituições que atuam na pesca), análise de desembarque da pesca artesanal das colônias do Guaporé, capacitação de pescadores em informática e controles estatísticos e financeiros, oficinas participativas e audiência públicas, observação direta e participante, associação da ação dos projetos Peixe-Vivo e Pirarucu-Gente.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas na Colônia Z-10 de São Francisco do Guaporé (Rondônia), totalizando 64 entrevistados, 70% dos seus sócios ativos. Devido a complexidade do ambiente enfrentou-se problemas nas entrevistas, uma das questões foi o acesso aos pescadores por estes estarem muito dispersos ao longo do rio, pois muitos moravam em municípios vizinhos, propriedades rurais e na cidade.

Foi realizada reunião com os pescadores residentes em São Francisco na própria colônia. Devido as questões apresentadas acima houve deslocamento para a cidade de Seringueiras, nas propriedades rurais e nas comunidades quilombolas de Porto Murtinho e de Santo Antônio. Ressalta que o trabalho foi muito bem recepcionado pelo Presidente da colônia, dando total apoio a realização do mesmo como também por parte dos entrevistados.

5. RESULTADOS

Na pesca artesanal, a relação com a natureza pouco transformada é intensa, existindo dificuldades para estabelecer o controle antrópico sobre os recursos, dada a fluidez dos recursos pesqueiros. Essas contingências naturais exigem adaptações dos pescadores às distintas condições do meio, explicando parcialmente as diferenças técnicas e socioculturais entre as diversas comunidades pesqueiras (Diegues, 1999).

Neste contexto abordaremos os relatos e a realidade pesqueira confirmada pelos pescadores do Vale do Guaporé que vivem e sobrevivem deste recurso. Foram detectados muitos problemas que afetam diretamente a atividade pesqueira local e regional, que são interferidas por grandes mudanças históricas no setor ambiental referente aos últimos 10 anos na área da pesca e que podem ser afirmado segundo os pescadores de São Francisco do Guaporé-RO.

Desta forma serão apresentados alguns dados que relacionam a atividade pesqueira à aspectos que interferem na vida dos pescadores e a continuação destes na atividade.

No tema identificação foi abordado a questão da idade, como está representado na figura 2, onde se analisa que mais de 50% dos pescadores possui entre 26 a 45 anos, seguido de 45 a 60 anos (41%).

Observou-se que apenas 3% são jovens e ainda não abandonaram a pesca, identificando a necessidade de alternar ou migrar do setor. Uma vez que a renda pela pesca tem sido inferior ao básico para sobreviver. Sacco dos Anjos et al. (2004), corrobora e diz que a situação econômica do pescador artesanal assume um nível crítico que o induz a abandonar a atuação no setor. O abandono da pesca ocorre, primeiramente, com os filhos, que passam a atuar em outras atividades econômicas. E segundo (MEC/SECAD, 2008) os jovens estão desinteressado pelo meio rural, querem fugir do campo e migrar para as grandes cidades, se compararmos com a pesca artesanal no município de São Francisco do Guaporé esse mesmo processo tem ocorrido, pois uma pequena parcela de jovens ainda persistem na atividade da pesca. O que confirma o figura 2 (faixa etária dos pescadores artesanais da Colônia Z-10).

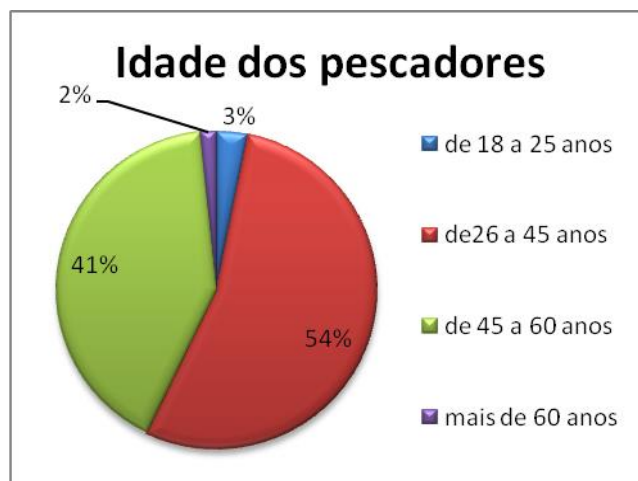


Figura 2. Faixa etária dos pescadores artesanais da Colônia Z-10.

Outra questão abordada foi à renda mensal da Família pela a atividade da pesca, como mostra a figura 3, 60% dos pescadores tem uma renda inferior a um salário mínimo, identificando que a atividade esta necessitando urgentemente de políticas públicas palpáveis, que visem realmente os pescadores como pais de famílias e profissionais. Ao que nos parece, esse não é apenas um problema econômico e social, existe uma questão de ordem ambiental que relaciona e denuncia um desequilíbrio altamente antrópico.



Figura 3. Renda familiar mensal dos pescadores artesanais da Colônia Z-10.

Como mostra a figura 3 onde 60% das famílias tem a renda de menos de um salário mínimo pela pesca. Torna-se, portanto, imprescindível entender fatores como as perdas do lucro, escolaridade, lei, tecnologias, políticas públicas, falta de assistência técnica, turismo, Lei da pesca, falta do porto e acesso a comercialização influenciam nessa realidade e de que forma é possível melhorá-la.

A figura 4 apresenta os dados resultantes da entrevista semi estruturada sendo que 33% dos entrevistados relatam a diminuição do estoque pesqueiro, evidenciadas por certas dificuldades como o aumento do custo da pescaria, que acabam indo mais longe para capturar o pescado; seguido pelo aumento de turistas no rio com 18%, que pescam de forma desordenada, poluem a água, não respeitam os limites sociais, ambientais, áreas e épocas de pesca, e muitas vezes esses atos são ignorados pelos órgãos fiscalizadores.

As principais causas dessas mudanças são os limites das áreas de pesca perfazendo 23%, sendo que estas são locais restritos (reservas e fazendas), diminuindo os possíveis estoques capturados e dificultando a pesca; seguido pelo aumento de pescadores amadores com 20%, que pescam além da cota destinada a categoria, suas embarcações são de grande porte, ocasionando assoreamento nas margens dos rios, afugentando os cardumes de peixes, desrespeitando as tralhas dos pescadores artesanais e assim dificultando estes a realizarem a atividade; identificamos que 17% dos entrevistados afirmam a diminuição do estoque pesqueiro seguido ainda de 17% a ações antrópicas como causa dessas mudanças que interfere nas comunidades aquáticas, comprometendo novas espécies e também o hábitat, dados esses apresentados no figura 4.

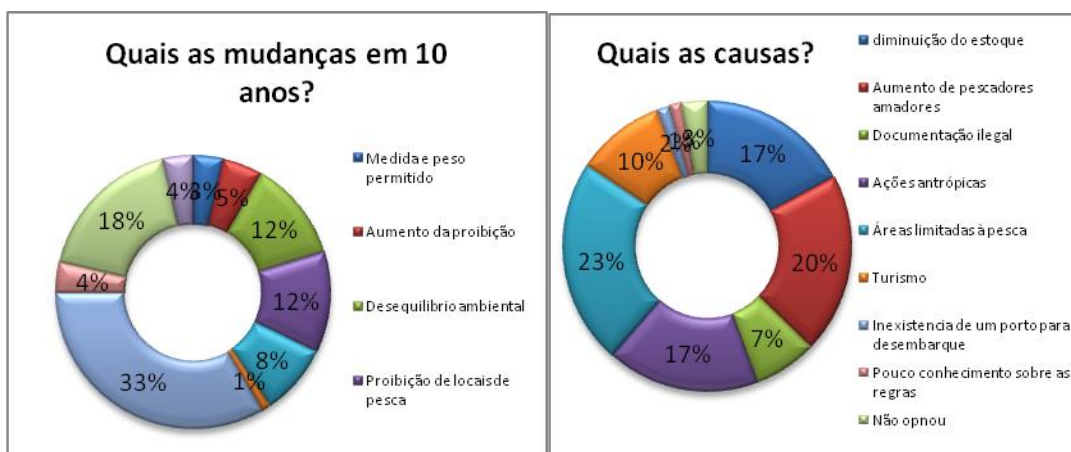


Figura 4. A - Mudanças ocorridas ao longo dos últimos 10 anos na Região. B - Causas dessas mudanças.

Dentre as famílias entrevistadas 59% relatou ter outra fonte de renda além da pesca (Fig. 5), para que possam garantir sua sobrevivência, já que a atividade pesqueira tem sido pouca lucrativa, o que contribuem para que essas pessoas procurem outras fontes de renda como guia turístico, agricultura, pecuária, entre outros.

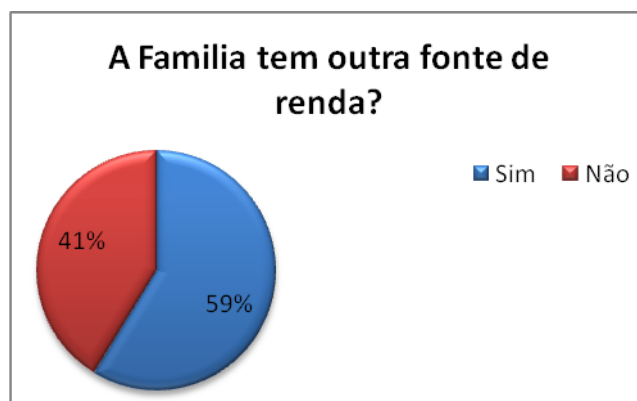


Figura 5. A família tem outra fonte de renda?

Dos 59% dessas famílias que tem outra atividade para sustentação além da pesca, a maioria desempenham atividades pecuaristas ou de agricultura, onde 29% têm renda do gado de leite, seguido pela agricultura e gado de corte, e em menor proporção outras atividades, representadas na figura 6.

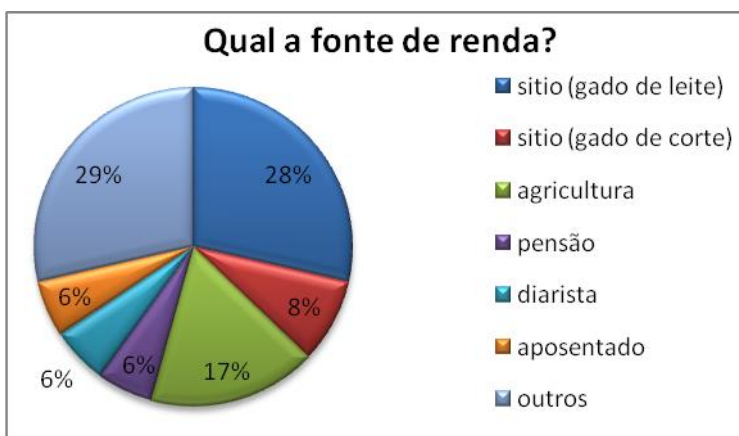


Figura 7. Demonstração dos diferentes tipos de fonte de renda dos pescadores artesanais da Colônia Z-10.

Cotrim & Miguel (2009) demonstram que o que levou as famílias de pescadores de Tramandaí-Rs a adotar novas estratégias de reprodução social foi à priorização do turismo nas políticas públicas locais acarretando conflito entre os pescadores e desencadeando um processo de exclusão social, isso levou esses pescadores a um processo de adaptação das famílias e natural mudança na estrutura da renda familiar.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Projeto Pirarucu tem discutido essa realidade, ou seja, que a soberania alimentar deve contrapor a monocultura, a melhoria da educação no campo, a profissionalização das pessoas, e a orientação do uso de produtos e subprodutos oriundos da economia solidária.

Essas estratégias de sobrevivência tem sido importantes na renda familiar, como mostra a figura 8, onde 19% tem uma renda dessas atividades de metade de um salário, seguido de meio a um salário que representa 18%, contribuindo significativamente para a sobrevivência desses pescadores.

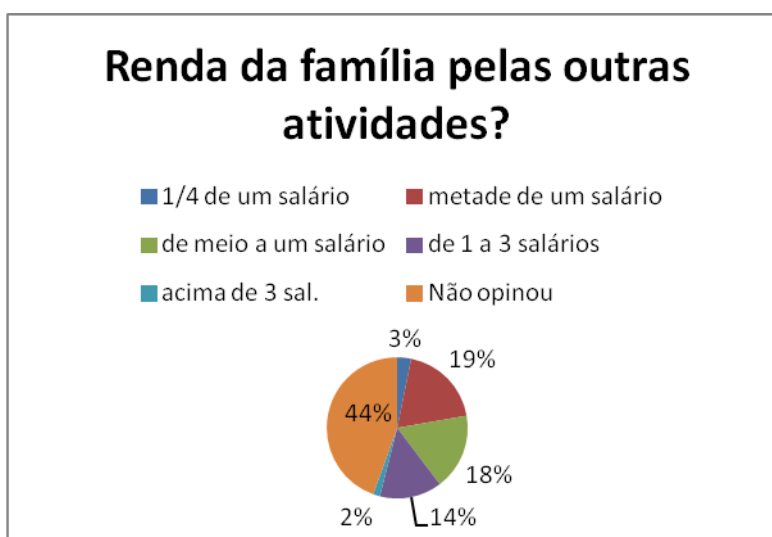


Figura 8. Renda familiar dos pescadores artesanais da Colônia Z-10 a partir de outras atividades.

6. CONCLUSÃO

Os pescadores artesanais de São Francisco do Guaporé têm enfrentados muitos problemas econômicos, ambientais e culturais, o que vêm ameaçando sua sobrevivência e permanência na atividade pesqueira, a maioria dessas famílias tem aderido outras fontes de renda, oriundo de outras atividades para seu sustento, os resultados mostram que tem sido uma estratégia adotada pelos pescadores para manter sua sobrevivência e de sua família.

Para realizar suas pescarias os pescadores têm passado por grandes problemas econômicos, os custos cada vez mais elevados para pescar tem feito com que o lucro diminui-se, isso não está relacionado somente com os custos dos equipamentos e do rancho que se elevaram, mas também com os problemas ambientais, como o aumento do desmatamento, assoreamento, poluição dos rios por agrotóxicos e lixo, aumento do turismo e fluxo de embarcações, pesca desordenada e clandestina.

Tudo isso tem influenciado a dinâmica populacional dos estoques pesqueiros comprometendo a ecologia pesqueira da região, como consequência os pescadores pescam menos peixes, e cada vez ter que deslocar maiores distâncias para realizar suas pescarias, contribuindo para a diminuição da receita e aumento das despesas.

Outros motivos que influenciam essas famílias tornarem-se pluriativas é a época de defeso e as sazonalidades, por quatro meses os pescadores ficam recebendo o seguro defeso, e não executam a atividade da pesca, o que acaba deixando com o tempo livre para se ocuparem com outras atividades, como o turismo, serviços de terceiros e temporários, o que ajuda a acrescentar a renda desses pescadores e sua sustentação.

Portanto, os pescadores artesanais da Colônia Z-10 apresentaram um perfil pluriativo pelo qual complementam sua renda prestando serviços a produtores de gado leiteiro e na agricultura, o que somada à pesca garantem soberania alimentar e sobrevivência aos mesmos e seus familiares.

7. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. L. O. From peasant to proletarian: capitalist development and agrarian transitions. Instituto de pesquisa do IPEA da FEA/UFRJ, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização. Cadernos pedagógicos do ProJovem Campo- Saberes da Terra/ Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. –Brasília: MEC/SECAD, 2008. V. 4: il. – (Caderno pedagógico educandas e educandos).

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censos demográficos. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010.

BRASIL, Boletim Estatístico Da Pesca E Aquicultura. 129p. 2012.

COTRIM D. S. & MIGUEL L. A. Renda Da Pesca Artesanal: Análise Dos Sistemas De Produção Na Pesca Em Tramandai-RS. PGDR-UFRGS, PORTO ALEGRE - RS - BRASIL. 2009.

COTRIM, D. S. MIGUEL, L. A. Pluriatividade: uma noção aplicável em pescadores artesanais? Encontro de Economia Gaúcha. Anais do evento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

COTRIM, D. S. MIGUEL, L. A. Renda da pesca artesanal: análise dos sistemas de produção na pesca em Tramandaí – RS. REDES, Santa Crz do Sul, v.14, n. 3, p. 5 – 23, set./dez. 2009.

DIEGUES, A. C. Human populations and coastal wetlands: conservation and management in Brazil. *Ocean & Coastal Management*. v. 42, p.187-210, 1999.

DORIA, C.R.C; RUFFINO, M.L.; HIJAZI, N. C.; CRUZ, R. L. A pesca comercial na bacia do rio Madeira no estado de Rondônia, Amazônia brasileira. *Acta Amaz.* v. 42, n.1, pp. 29-40, 2012.

FULLER, A. M. From part-time Farming to Pluriactivity: a Decade of Change in Rural Europe. *Journal of Rural Studies*, London , v.. 6, n 4, p. 361-373, 1990. KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul./set. 1998, *apud* COTRIM, D. S. MIGUEL, L. A. Pluriatividade: uma noção aplicável em pescadores artesanais? Encontro de Economia Gaúcha. Anais do evento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

Ministério da Pesca e Aquicultura- BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA E AQUICULTURA, Brasília, fevereiro de 2012.

NIERDELE, P. A. ANJOS, F. S. GRISA, C. CALDAS, N. V. SCHNEIDER, E. P. Pluriatividade e Pesca artesanal: O caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

PASQUOTTO, V. F. & MIGUEL, L. A. Pesca Artesanal E Enfoque Sistêmico: Uma Atualização Necessária. Aracaju, 2004.

PIRES, J.A. S.; SPRICIGO, G. O Conceito da pluriatividade na agricultura familiar. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/794.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2013.

Relatório Do Censo Estrutural Da Pesca De Águas Continentais Na Região Norte. Ministério Da Integração Nacional Agência De Desenvolvimento Da Amazônia – ADA, Universidade Federal Rural Da Amazônia - UFRA , Centro De Pesquisa E Gestão De Recursos Pesqueiros Do Litoral Norte - CEPNOR Belém - outubro de 2006.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 54, p.165-182, 2005.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. *Revista Brasileira De Ciências Sociais* - VOL. 18 Nº 51 fevereiro/2003.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SILVA, S. A. F. & SILVA, A. G. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO: PLURIATIVIDADE NO ASSENTAMENTO BRINCO DE OURO. XLV Congresso da Sociedade Brasileira, Administração e Sociologia Rural. 22 a 25 de Julho de 2007, UEL – Londrina – PR.

SOUZA, R. P. & SOUZA, M. S. O DEBATE BRASILEIRO SOBRE PLURIAITIVIDADE: IMPLICAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco – Acre, 20 a 23 de Julho de 2008.